

PROCURADOR JURÍDICO LEGISLATIVO

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 09
MATEMÁTICA	10 a 13
INFORMÁTICA	14 a 17
HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE GOIÁS E GOIÂNIA	18 a 20
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	21 a 26
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	27 a 60

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

ATENÇÃO: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Constitui os belos dias.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

- 1 Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, solicite ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
- 2 Este caderno contém **60 questões** objetivas. Cada questão apresenta **quatro** alternativas de resposta, das quais apenas **uma** é correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta que julgar correta.
- 3 O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique-o ao aplicador de prova.
- 4 Preencha integralmente um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. Dupla marcação resulta em anulação da questão.
- 5 Esta prova terá a duração de **quatro** horas, incluídos nesse tempo os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição para o cartão-resposta.
- 6 Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização da prova após decorridas **duas** horas de seu início e mediante autorização do aplicador de prova. Somente será permitido levar o caderno de questões após **três** horas do início das provas, desde que permaneça em sala até esse instante. É vedado sair da sala com quaisquer anotações antes deste horário.
- 7 Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado. Os candidatos terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão colocar suas respectivas assinaturas.
- 8 Ao terminar sua prova, entregue, obrigatoriamente, o cartão-resposta ao aplicador de prova.

CONCURSO PÚBLICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **06**.

Casamento por cinco anos

Da ideia de prorrogar os mandatos populares defluiu a ideia de prorrogar o casamento de Bertoldo Seixas, cujo contrato matrimonial estipulava o prazo de cinco anos de vigência.

Não partiu de Bertoldo a iniciativa, mas de sua mulher Eufórbia, que alegou ser muito exíguo o período de cinco anos para se decifrar a verdadeira sociedade conjugal.

Bertoldo respondeu que contrato é contrato, e como tal deve ser cumprido, a menos que haja motivo justo para a rescisão.

Como Eufórbia insistisse em seu ponto de vista, Bertoldo anuiu sem convicção, e prorrogou-se o casamento por prazo indeterminado, isto é, para a eternidade.

Ao fim de seis meses de prorrogação, a mulher sentiu o peso da eternidade e propôs o cancelamento da união. Bertoldo opôs-se, alegando mais uma vez que os contratos merecem ser cumpridos. Discutiram bastante, e acordaram afinal em dissolver o vínculo. Bertoldo e Eufórbia voltaram a casar-se por cinco anos improrrogáveis, mas com outra parceira e outro parceiro, respectivamente. Parece que são razoavelmente felizes.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Contos plausíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 62.

— QUESTÃO 01 —

O fato irônico que torna o conto de Carlos Drummond de Andrade insólito é:

- (A) a negativa do marido de cancelar o casamento depois de seis meses da prorrogação.
- (B) o desejo da esposa de prorrogar o contrato matrimonial.
- (C) a determinação de um prazo de validade para o casamento.
- (D) o interesse do casal em decifrar a sociedade conjugal.

— QUESTÃO 02 —

No texto, algumas palavras são pouco usuais, contudo, pelo contexto em que aparecem, é possível inferir o seu significado. “*Defluir*”, “*exíguo*” e “*anuir*” têm, respectivamente, o sentido de:

- (A) parecer, incontrolável, desistir.
- (B) surgir, insuficiente, consentir.
- (C) descartar, robusto, insistir.
- (D) aprovar, tolerável, tentar.

— QUESTÃO 03 —

A sentença “Como Eufórbia insistisse em seu ponto de vista” funciona, no texto, como uma

- (A) justificativa para a decisão tomada por Bertoldo.
- (B) comparação entre o ponto de vista da esposa e do esposo.
- (C) ressalva para efetivar a prorrogação do casamento.
- (D) consequência da decisão de Eufórbia.

— QUESTÃO 04 —

A construção “contrato é contrato” é tida como tautológica, porque repete o mesmo sintagma nominal. No texto, o uso dessa construção como recurso argumentativo sugere

- (A) o fim do acordo entre os personagens envolvidos no casamento de cinco anos.
- (B) a soberania dos contratos como forma de garantir o cumprimento daquilo que nele está acordado.
- (C) a falta de argumentos de Bertoldo que precisa recorrer à repetição como forma de persuadir sua esposa.
- (D) o confronto entre a necessidade de cumprimento do contrato e a justificativa para a sua rescisão.

— QUESTÃO 05 —

No trecho “Não partiu de Bertoldo a iniciativa, mas de sua mulher Eufórbia”, o sujeito gramatical do verbo “partir” é:

- (A) Eufórbia, já que é o ponto de partida para a ação.
- (B) Bertoldo e está antecedido de uma negação.
- (C) explícito e está estilisticamente colocado depois do verbo com o qual concorda.
- (D) indeterminado, uma vez que o verbo se encontra na terceira pessoa do singular.

— QUESTÃO 06 —

No final do texto, em “Parece que são razoavelmente felizes”, o verbo “parecer” funciona como índice de:

- (A) conclusão em relação aos pontos de vista incompatíveis dos personagens do conto.
- (B) descrédito da felicidade num casamento com prazo de validade.
- (C) semelhança entre o casamento anterior e o atual.
- (D) descomprometimento com a verdade da afirmação.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 07 a 09.

Casamento com data de validade

Deputados mexicanos querem instituir os “casamentos com data de validade”. A Assembleia Legislativa da Cidade do México poderá mudar o Código Civil para implantar contratos de união civil renováveis a cada dois anos, caso o casal queira continuar casado. A proposta é acatada por setores tradicionalistas.

Jornal Estadão. 27 set. 2011. Disponível em: <estadao.com.br>. Acesso em 16 jan. 2020.

— QUESTÃO 07 —

Considerando-se os tipos textuais, o texto apresentado tem uma natureza

- (A) injuntiva, pois direciona o leitor a seguir uma orientação.
- (B) argumentativa, já que se defende uma opinião.
- (C) narrativa, uma vez que o propósito é noticiar um fato.
- (D) descritiva, posto que detalhes da proposta compõem o cenário do que foi enunciado.

— QUESTÃO 08 —

A relevância de enunciar, no texto, que “A proposta é acatada por setores tradicionalistas” deve-se ao pressuposto de que tais setores

- (A) teriam maior tendência em opor-se à proposta por considerarem o casamento um valor.
- (B) gozariam de privilégios econômicos com a renovação bienal dos contratos.
- (C) exercem influência política sobre a mídia impressa.
- (D) ditam as regras de como a instituição do casamento e a religião devem funcionar.

— QUESTÃO 09 —

O uso dos verbos “querer” e “poder” no texto contribuem para que os eventos

- (A) tenham valor de obrigatoriedade.
- (B) ganhem uma dimensão ficcional.
- (C) sejam considerados factuais.
- (D) estejam no campo da possibilidade.

— RASCUNHO —

MATEMÁTICA**— QUESTÃO 10 —**

Leia texto a seguir.

18 mitos derrubados pela medicina!

Mito 9. O mel é um açúcar natural e, portanto, é melhor que o açúcar processado

Se em seu café da manhã nunca falta uma boa dose de mel porque você acha que assim ficará a salvo dos problemas do açúcar processado, é melhor ir deixando de lado essa crença. “O açúcar sempre é açúcar e o corpo não distingue a procedência de uma molécula”, adverte Alex Pérez. “O açúcar processado (branco) que se põe no café contém 100% de sacarose, enquanto o mel é uma mistura de frutose, glicose, sacarose e água, juntamente com uma pequena quantidade de vitaminas e minerais”, indica o perito. Mas essa combinação não evita que seus três ingredientes principais (frutose, glicose e sacarose) sejam açúcares que, sem importar sua procedência, “causam o mesmo efeito em nosso organismo”. O mel contém em torno de 80% de açúcares que, no organismo, comportam-se como açúcares livres. Portanto, sua ingestão deveria ser limitada, assim como a do açúcar processado.

SULENG, K. Comer sem sal e outros 18 mitos derrubados pela medicina. *El país*. 17 fev. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/14/album/1518630623_258857.html>. Acesso em: 10 nov. 2019. (Adaptado).

Com base no texto, quantos gramas de mel uma pessoa precisaria ingerir para consumir a mesma quantidade de açúcares presentes em 300 g de açúcar processado?

- (A) 380 g
(B) 375 g
(C) 245 g
(D) 240 g

— QUESTÃO 11 —

Leia o texto a seguir.

Cientistas da Universidade da Califórnia desenvolveram uma nova fórmula para calcular a idade do cão em “anos humanos”, isto é, quantos anos ele teria caso fosse humano. Com base nas mudanças do DNA, os pesquisadores concluíram que para fazer esse cálculo basta multiplicar o logaritmo natural da idade do cão por 16 e somar 31 ao resultado, isto é, considerando H o número de “anos humanos” e C a idade do cão, a fórmula pode ser escrita assim:

$$H = 31 + 16 \cdot \log_e C$$

A fórmula é consideravelmente mais útil do que simplesmente multiplicar os anos dos cães por sete como temos por hábito fazer.

Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas-blogs/e-o-bicho/cientistas-criam-novo-calculo-para-saber-idade-humana-de-pets>> Acesso em: 30 jan 2020 (Adaptado).

De acordo com a fórmula, quantos anos humanos tem um cão de 7 anos?

Use: $\log 7 = 0,86$ e $\log e = 0,43$

- (A) 23
(B) 39
(C) 63
(D) 94

— QUESTÃO 12 —

Leia o texto a seguir.

Sobre o princípio da relatividade, são necessárias hipóteses complementares; é preciso admitir que os corpos em movimento sofrem uma contração uniforme no sentido do movimento. Um dos diâmetros da Terra, por exemplo, é encurtado de $\frac{1}{200\,000\,000}$ em relação ao outro, em consequência do movimento de nosso planeta, enquanto que o outro diâmetro conserva seu tamanho normal.

POINCARÉ, Henri. *O valor da ciência*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995. p.119. (Adaptado).

Considerando d o comprimento do diâmetro menor (o encurtado) da Terra, qual é a expressão que representa o tamanho do outro diâmetro (o normal)?

- (A) $\frac{2d \cdot 10^8}{2 \cdot 10^8 - 1}$
(B) $\frac{d(2 \cdot 10^8 - 1)}{2 \cdot 10^8}$
(C) $d + \frac{1}{2 \cdot 10^8}$
(D) $\frac{d}{2 \cdot 10^8}$

— QUESTÃO 13 —

A temperatura de um objeto pode ser expressa nas escalas Celsius (C), Kelvin (K) ou Fahrenheit (F) e as expressões matemáticas $K = C + 273,15$ e $F = \frac{9}{5}C + 32$ permitem transformar uma temperatura expressa em uma escala na outra. Desse modo, uma temperatura, na escala Kelvin, de 223 K, representa quantos graus na escala Fahrenheit (F)?

- (A) - 83,87
(B) - 58,27
(C) 96,67
(D) 122,27

INFORMÁTICA**— QUESTÃO 14 —**

O Painel de Controle do sistema operacional *Windows 10* oferece recursos, para que os usuários configurem os seus computadores de acordo com as suas necessidades visuais, auditivas e motoras. São exemplos de recursos de acessibilidade do *Windows 10*:

- (A) Lupa e Reprodução Automática de Mídias.
- (B) Teclado Virtual e Narrador.
- (C) Opções de Energia e Reconhecimento de Fala.
- (D) Alto Contraste e *Windows Defender Firewall*.

— QUESTÃO 15 —

O uso do navegador *Google Chrome* pode ser facilitado com extensões de acessibilidade, que podem ser encontradas na loja virtual *Chrome Web Store*. Uma dessas extensões permite que o usuário

- (A) adicione endereços de sítios web à sua lista de favoritos.
- (B) descarte o seu histórico de navegação e informações inseridas em formulários.
- (C) navegue em páginas da Web usando um teclado em vez de *mouse* ou *touchpad*.
- (D) configure o *Google Chrome* como seu navegador padrão.

— QUESTÃO 16 —

A página de resultados de pesquisas do serviço de busca da *Google* é organizada de maneira que o usuário possa facilmente nela navegar, usando tecnologias assistivas. Caso o usuário esteja em um computador, *links* de acessibilidade lhe são exibidos nessa página. Um destes *links* permite que o usuário

- (A) abra um formulário e envie um *feedback* sobre o uso de acessibilidade no serviço de busca.
- (B) modifique o tipo de fonte de texto utilizado na exibição dos resultados de pesquisas.
- (C) realize a combinação de mais de uma pesquisa em um único resultado.
- (D) configure o tamanho e a proporção das imagens na exibição dos resultados de pesquisas.

— QUESTÃO 17 —

A Cartilha de Segurança para Internet é um documento com recomendações e dicas sobre como o usuário de Internet deve se comportar para aumentar a sua segurança e proteger-se de eventuais ameaças. Produzida pelo Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br), essa cartilha recomenda como prática segura na realização de transações por meio da Web

- (A) utilizar computadores de terceiros ou conectados a redes Wi-Fi públicas.
- (B) clicar em *links* de resultados de pesquisas de serviços de busca no acesso ao sítio web de uma instituição bancária.
- (C) fornecer dados de cartão de crédito a terceiros para compras em sítios web de comércio eletrônico.
- (D) acessar o sítio web de uma loja exclusivamente por meio da digitação do respectivo endereço no navegador Web.

— RASCUNHO —

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE GOIÁS E GOIÂNIA

— QUESTÃO 18 —

Leia o texto a seguir.

Da mesma forma em que o Goiânia Esporte Clube é popularmente lembrado como “time do governo”, no período em que Pedro Ludovico estava no comando do estado de Goiás, o Tigrão tinha como madrinha a esposa do governador, Pedro Ludovico Teixeira, Dona Gercina Borges. A correspondência entre o time do Vila Nova e a primeira dama ganha sustentação a partir da análise interpretativa de que a primeira dama fazia intensos trabalhos de assistência social aos mais necessitados da capital.

SOUZA. *Goiânia esporte clube*, memórias em preto e branco, 2019.

Ao relacionar as origens dos times de futebol de Goiânia com personagens políticas, o texto explicita, em relação à torcida do Vila Nova Futebol Clube, que esta

- (A) constituiu uma segunda opção da elite goianiense, mesmo sua torcida sendo majoritariamente popular.
- (B) consistiu em uma estratégia política de Pedro Ludovico que utilizaria de Dona Gercina Borges, sua esposa, para se aproximar da população goianiense.
- (C) foi uma escolha da primeira-dama de Goiás, Dona Gercina Borges, que tinha origem humilde e torcia para o time com mais popularidade da capital.
- (D) pertencia, na sua origem, em especial, às classes desprivilegiadas, mesmo sua madrinha sendo Dona Gercina Borges.

— QUESTÃO 19 —

Leia o texto a seguir.

Não eram mais as zonas de matas e seus solos férteis que influenciavam a localização das modernas formas de produção, mas o arsenal tecnológico, a logística, a posição, a ação dos atores sociais e suas articulações políticas. Isso explica a incorporação, naquele período, de novas áreas às modernas formas de produção. Além do que, a proximidade com o Sudeste Brasileiro, a consolidação de programas de créditos, a constituição de uma logística e participação da pesquisa.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO – Brasil. *Élisée*, Rev. Geo. UEG, Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun, 2012.

O texto apresenta transformações que contribuíram para a alteração do perfil territorial goiano nas décadas de 1960 e 1970, transformando-o em

- (A) cada vez mais urbano.
- (B) cada vez mais independente de outras regiões.
- (C) cada vez mais agrícola e unificado.
- (D) cada vez mais dependente do latifúndio.

— QUESTÃO 20 —

Leia o texto a seguir.

E lá no Jóquei, em Goiânia, era o clube dos almofadinhas. E eu acho que, no fundo, tinha estas separações mesmo, lugar de diversão de pobre e rico, e a gente, é claro, acabava indo pro Lago das Rosas (risos) ai, ai. Outra separação que existia lá no Lago das Rosas é que ele servia para dividir Goiânia da Campininha, mas não sei porque a gente considerava ele como parte de nosso bairro. Vinha gente de Goiânia pra passear lá, mas era muito difícil você ver interação entre eles e os daqui. Pois é, tinha também essa...”

Benedita Alves de Sousa. Entrevista, out. 2007. In: TITO, Keith. 2008.

Benedita (salgadeira, dona de casa e moradora do setor Campinas) fala sobre Goiânia dos anos 50. Analisando sua fala sobre o Lago das Rosas nessa década, é possível compreender um fenômeno do passado de Goiânia, o de

- (A) “Luta de classes”, representando o confronto entre “goianienses” (moradores do centro) e os campineiros.
- (B) “Decadência”, representando o atraso daqueles que moravam no setor Campinas.
- (C) “Inimizade”, representando a aversão da entrevistada com aqueles que não moravam em seu setor.
- (D) “Bairrismo”, representando a identidade dos “goianienses” e dos campineiros.

— RASCUNHO —

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**— QUESTÃO 21 —**

Segundo a Lei Orgânica, é um dos objetivos fundamentais do município de Goiânia:

- (A) garantir a democracia como valor universal.
- (B) garantir o desenvolvimento municipal, estadual e nacional.
- (C) garantir a acessibilidade universal.
- (D) garantir a plena cidadania.

— QUESTÃO 22 —

De acordo com a Lei Orgânica Municipal, os servidores da guarda civil metropolitana farão jus a aposentadoria com paridade e integralidade do último salário, se tiver

- (A) vinte anos de contribuição, com pelo menos dez anos de efetivo exercício em cargo de carreira de Guarda Civil Metropolitano, para mulher.
- (B) vinte e cinco anos de contribuição, contando com pelo menos quinze anos de efetivo exercício em cargo de carreira de Guarda Civil Metropolitano, para homem.
- (C) trinta anos de contribuição, contando com pelo menos vinte anos de efetivo exercício em cargo de carreira de Guarda Civil Metropolitano, para homem.
- (D) vinte anos de contribuição, com pelo menos dez anos de efetivo exercício em cargo de carreira de Guarda Civil Metropolitano, para ambos os sexos.

— QUESTÃO 23 —

Segundo o Regimento Interno, cabe à Mesa da Câmara Municipal de Goiânia

- (A) mandar proceder à chamada e à leitura dos papéis e das proposições.
- (B) conceder ou negar a palavra aos vereadores, nos termos regimentais.
- (C) transmitir ao Plenário, a qualquer momento, as comunicações que julgar convenientes.
- (D) propor privativamente à Câmara Projeto de Lei sobre a remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito.

— QUESTÃO 24 —

Segundo o Estatuto dos Servidores do Município de Goiânia, será concedida licença-maternidade à

- (A) servidora que adotar, por cento e vinte dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
- (B) servidora que adotar, por cento e oitenta dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
- (C) servidora gestante, por cento e vinte dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
- (D) servidora gestante, por cento e oitenta dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

— QUESTÃO 25 —

Segundo a Lei Orgânica Municipal, compete à Câmara Municipal, privativamente:

- (A) julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- (B) autorizar convênio com entidades públicas ou particulares.
- (C) fixar feriados municipais nos termos da legislação municipal.
- (D) legislar sobre crimes praticados contra bens públicos municipais.

— QUESTÃO 26 —

Segundo o Estatuto dos Servidores do Município de Goiânia, readaptação é:

- (A) a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo que for transformado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (B) o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, pela Junta Médica do Município, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.
- (C) a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial do Município.
- (D) o retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado, e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

— QUESTÃO 27 —

Segundo a Lei n. 8.666/93, em igualdade de condições, como critério de desempate, optar-se-á primeiramente por bens e serviços

- (A) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- (B) produzidos no país, seja por empresas brasileiras, seja por estrangeiras.
- (C) produzidos ou prestados por empresas que reservem cargos previstos para pessoa com deficiência.
- (D) produzidos ou prestados por empresas brasileiras, independentemente de onde foram produzidos.

— QUESTÃO 28 —

Os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela Administração, quando

- (A) for conveniente a substituição da garantia de execução.
- (B) for necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço.
- (C) houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- (D) exigir a modificação da forma de pagamento, por arbítrio do poder público.

— QUESTÃO 29 —

De acordo com a Lei n. 9.784/99, no processo administrativo, as intimações

- (A) observarão a antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento.
- (B) deverão ser oficiadas por meio de oficial de justiça.
- (C) são dispensáveis, quando desconhecido o endereço do interessado.
- (D) devem ser efetuadas por meio de publicação oficial, quando o interessado tiver domicílio indefinido.

— QUESTÃO 30 —

Segundo a jurisprudência do STJ, no que diz respeito aos direitos e garantias do servidor público é

- (A) ilegítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos participantes de movimento grevista.
- (B) vedado o cômputo do tempo do curso de formação para efeito de promoção; contudo, tal período pode ser considerado para fins de progressão na carreira.
- (C) possível o registro de penas nos assentamentos funcionais, quando verificada a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado.
- (D) ilícita a cassação de aposentadoria, não obstante o caráter contributivo do benefício previdenciário.

— QUESTÃO 31 —

Leia o poema abaixo.

A rua diferente

Na minha rua estão cortando árvores
botando trilhos
construindo casas.

Minha rua acordou mudada.
Os vizinhos não se conformam.
Eles não sabem que a vida
tem dessas exigências brutas.

Só minha filha goza o espetáculo
e se diverte com os andaimes,
a luz da solda autógena
e o cimento escorrendo nas formas.

ANDRADE, C. D. *Nova reunião: 23 livros de poesia* - volume 1. . Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.

A leitura do poema remete ao seguinte fato jurídico:

- (A) a simples existência de obra pública enseja o dever de reparação por perdas e danos aos administrados por ela prejudicados.
- (B) a árvore na porta de casa é um bem privado, por isso é possível sua remoção independentemente de autorização pública.
- (C) a indenização pela desapropriação de bem privado para colocação de trilhos de ferrovia é posterior à obra e paga mediante títulos da dívida pública.
- (D) o município pode requisitar temporariamente lote privado para que sirva de auxílio na construção de obra pública.

— QUESTÃO 32 —

Na elaboração de editais de concurso público são fixados critérios de acordo com melhor interesse coletivo. De acordo com um desses critérios:

- (A) a banca examinadora pode exigir conhecimento sobre legislação superveniente à publicação do edital, mesmo quando vinculada as matérias nele previstas.
- (B) o decreto do presidente da república ou ministro da defesa pode estabelecer limites de idade nos concursos das Forças Armadas.
- (C) o candidato pode ser eliminado, na fase de investigação social, dada a existência de registro em órgãos de proteção ao crédito.
- (D) a idade mínima é aferível no momento da posse em cargo público, e não no momento da inscrição.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 33 —

O direito de propriedade é um direito fundamental previsto na Constituição Federal (artigo 5º, XXII), devendo atender a sua função social (no artigo 5, XXIII). A perda do direito da propriedade urbana atenderá ao interesse público, mas terá caráter sancionatório quando o proprietário notificado não promover a adequação, no caso de

- (A) a propriedade estar edificada de forma irregular segundo as normas técnicas de construção civil e colocar em risco os cidadãos, sendo a desapropriação paga em títulos da dívida pública municipal, de emissão aprovada pela Câmara Legislativa e resgatáveis em até dez anos.
- (B) o imóvel urbano, segundo o estabelecido no plano diretor, não estar edificado, ou estar subutilizado ou não utilizado, sendo o pagamento em títulos da dívida pública municipal, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal e resgatáveis em até dez anos.
- (C) o aproveitamento do imóvel ser inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente, sendo a desapropriação paga com títulos da dívida pública da união de emissão previamente aprovada pelo Executivo municipal e resgatáveis em até vinte anos.
- (D) a edificação da propriedade não respeitar os limites máximos de aproveitamento do terreno previstos na legislação nacional, sendo a desapropriação paga por títulos da dívida pública municipal, de emissão previamente aprovada pelo Congresso Nacional e resgatáveis em até vinte anos.

— QUESTÃO 34 —

A legislação civil brasileira dispõe sobre a capacidade das pessoas estabelecendo a incapacidade relativa de alguns sujeitos para certos atos ou para a maneira de exercê-los. Incluem-se entre esses sujeitos, segundo o disposto no Código Civil:

- (A) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, que serão assistidos para os atos da vida civil, sendo-lhes vetado o exercício de direitos políticos.
- (B) os viciados em tóxicos que em razão do vício tenham o discernimento reduzido, os quais são representados nos atos da vida civil e têm restrições ao direito ao sufrágio.
- (C) os ébrios habituais que, interditados em razão da falta de discernimento, são habilitados para a vida civil mas inabilitados como candidatos a cargos eletivos.
- (D) as pessoas com deficiência mental ou intelectual que serão assistidas para certos atos da vida civil, sendo habilitadas para o exercício da vida política como eleitor e candidato.

— QUESTÃO 35 —

O direito civil rege as relações negociais entre sujeitos, impõe limites à autonomia privada em razão da função social do contrato, estabelecendo para

- (A) as relações contratuais privadas a prevalência do princípio da intervenção estatal e da revisão contratual.
- (B) os contratos privados e públicos celebrados com a administração, a prevalência da simetria e da autonomia privada.
- (C) os contratos civis e empresariais celebrados de acordo com a lei, a inafastabilidade da presunção de simetria e de paridade.
- (D) os contratos onerosos, a vedação de se constituir contratos atípicos observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 36 —

As principais funções do Poder Legislativo, tendo em vista a estrutura, a finalidade e as relações com a sociedade política, apontadas pelos teóricos do direito constitucional, são:

- (A) eletiva, representativa e nominativa, que se evidenciam no dever de eleger temas legislativos relevantes ao processo legislativo instaurado no presidencialismo, de nominar as leis submetidas à aprovação e a de representar os cidadãos que elegeram os seus membros.
- (B) integralista, formalista e educadora, compreendendo o dever de homogeneizar as ideologias vigentes, contribuindo para a unidade de pensamento e implementando a vontade da maioria e formalizar a legislação, educando a sociedade para o cumprimento das leis.
- (C) mobilizadora do consenso popular, informativa e obstrucionista que se mostram na articulação de interesses no contexto de um sistema político aberto, na difusão de fatos para aproximação cidadãos/poder e na possível resistência contra atos unilaterais do Executivo.
- (D) formalista, nominativa e integralista, resultante do próprio processo legislativo que remete à competência de elaboração e de formalização das leis e da denominação legislativa e integradora das ideologias hegemônicas, contribuindo para a unidade política e implementação da vontade soberana.

— QUESTÃO 37 —

Dentre os direitos e garantias fundamentais está a liberdade de expressão que se manifesta em diversas dimensões, dentre as quais as apontadas pelos constitucionalistas, quais sejam

- (A) substantiva e instrumental que compreendem a possibilidade de livre expressão de sentimentos e ideias por meio de instrumentalidade e tipicidade de formas de difusão previamente autorizadas por lei.
- (B) individual e coletiva que pressupõem relações com a coletividade e têm por consectário a liberdade de a pessoa se informar, formar e expressar sua personalidade sem a necessidade de se ajustar a um modelo político determinado.
- (C) coletiva e instrumental que garantem a expressão dos indivíduos e dos sujeitos coletivos e a possibilidade individual justificada de participar de processos de difusão de ideias em redes.
- (D) substantiva e individual que compreendem a possibilidade irrestrita de expressão do pensamento, da personalidade e dos sentimentos e a liberdade absoluta de difusão de ideias em redes sociais e outras mídias, conclamando seguidores.

— QUESTÃO 38 —

O princípio da isonomia das pessoas constitucionais

- (A) determina a hierarquia entre as normas emanadas conforme os entes federados, quais sejam União, Estados e Municípios.
- (B) informa a atuação do mecanismo constitucional de repartição de competências legislativas, conforme a técnica brasileira.
- (C) orienta a validade e eficácia das normas segundo a hierarquia originária da competência do ente federativo.
- (D) impõe a ilegalidade das normas em desacordo com o regime de repartição constitucional de competências legislativas.

— QUESTÃO 39 —

A Constituição garante aos cidadãos proteção e defesa da saúde, estabelecendo competências dos entes federados para legislar. Essa competência é

- (A) concorrente entre União, Estados e Municípios cabendo à União o estabelecimento de normas gerais e aos municípios legislar sobre os assuntos de interesse local.
- (B) independente para cada um dos membros da Federação, sendo a União a principal responsável pela legislação geral, atuando, na sua omissão, Estados e Municípios.
- (C) exclusiva de cada ente federado nos seus domínios de atuação, não tendo eficácia as normas da União na esfera de atuação do Estado e as do Estado no Município.
- (D) privativa de cada um dos entes federados responsáveis pela regulação da saúde em seu território, respeitando as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde.

— QUESTÃO 40 —

A Ação Popular consiste em importante instrumento para a sociedade agir via jurisdição na defesa do meio ambiente. A doutrina tem discutido a conveniência da legitimação ativa a partir do conceito de cidadania social, compreendendo-se nela

- (A) brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, detentores ou não de direitos políticos, eleitores ou não.
- (B) cidadãos brasileiros natos ou naturalizados, detentores de direitos políticos, eleitores ativos na última eleição.
- (C) cidadãos brasileiros natos residentes no Brasil, detentores de direitos políticos, entre os quais o exercício do voto.
- (D) brasileiros e estrangeiros, portadores de direitos civis e capacidade plena e direitos políticos em efetivo exercício.

— QUESTÃO 41 —

Há princípios básicos que informam a elaboração e o controle do orçamento público, garantindo-se a transparência orçamentária, dentre os quais está o

- (A) princípio da unidade, segundo o qual o orçamento público é único e apresenta a previsão das receitas e a fixação das despesas, sendo integrado aos dos entes da Federação.
- (B) princípio da universalidade, segundo o qual a Lei Orçamentária deve incorporar todas as receitas e despesas, selecionando as instituições públicas que devem ser contempladas no orçamento.
- (C) princípio da exclusividade, que determina a exclusividade da Lei Orçamentária para regulamentação de conteúdos estranhos à previsão das receitas e à fixação das despesas.
- (D) princípio da totalidade, que possibilita a coexistência de múltiplos orçamentos que são consolidados, de forma a permitir uma visão geral do conjunto das finanças públicas.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 42 —

Importante instrumento de estruturação da seguridade social brasileira, os benefícios previdenciários

- (A) são concedidos, mesmo judicialmente, após prévio requerimento administrativo do interessado perante o INSS.
- (B) podem ser revogados por lei posterior ao momento de implantação do benefício.
- (C) são corrigidos por juros de mora incidentes a partir da data de apresentação de contestação pela fazenda pública, quando concedidos judicialmente.
- (D) podem ser implementados somente pela via administrativa, vedada a intervenção judicial.

— QUESTÃO 43 —

Leia o texto a seguir.

A partir de 2015 houve uma queda brutal da arrecadação das contribuições sociais, devido à “crise” que levou milhares de empresas de todos os setores à falência, provocou desemprego recorde e paralisação da economia brasileira. Nesse cenário de “crise”, o governo ainda concedeu diversas desonerações fiscais e liberou diversos setores de contribuir para a Seguridade Social, afetando ainda mais a arrecadação. Portanto, a insuficiência de contribuições sociais não se deve a um problema no modelo de Previdência Social solidária, mas sim à “crise”, que no caso brasileiro foi fabricada pela política monetária do Banco Central, que quebrou inúmeras empresas, provocou desemprego recorde e derrubou o PIB. Empresas quebradas, desempregados e informais não contribuem para a Previdência. Esse é o problema, e não a longevidade das pessoas ou a solidariedade do modelo.

FATTORELLI, Maria Lúcia. *Jornal Extra Classe*. ed. 6 de mar. de 2019

Conforme o texto, a solidariedade, fundamento político da Previdência Social, não é um fator que levou à falta de liquidez do sistema previdenciário. Isto porque cabe ao poder público escolher os fatos sociais mais relevantes. Esse fundamento é revelado pelo princípio

- (A) da uniformidade e equivalência da cobertura e do atendimento.
- (B) da equidade na forma da base de financiamento.
- (C) da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (D) do caráter democrático e descentralizado na prestação dos benefícios e serviços.

— QUESTÃO 44 —

O segurado da Previdência Social é aquele que pode gozar de algum dos benefícios previdenciários. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições,

- (A) até 3 meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- (B) até 6 meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
- (C) até 24 meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
- (D) até 12 meses quem está em gozo de benefício, exceto do auxílio-acidente.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 45 —

Em razão do princípio da legalidade em matéria de Direito Financeiro, impõe-se que a atividade financeira do Estado seja instrumentalizada por leis em sentido formal: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária anual (LOA), que são instrumentos de planejamento e orçamento. No âmbito do planejamento orçamentário municipal,

- (A) a lei de diretrizes orçamentárias, com vigência quadrienal, tem por finalidade determinar as metas e prioridade da administração pública, dentre aquelas estipuladas no plano plurianual, para os quatro exercícios financeiros subsequentes.
- (B) a lei de diretrizes orçamentárias, com vigência bienal, tem por finalidade determinar as metas e prioridade da administração pública, dentre aquelas estipuladas no plano plurianual.
- (C) a lei de diretrizes orçamentárias, com vigência anual, tem por finalidade discriminar as receitas e despesas que serão realizadas em cada exercício financeiro, orientada pela lei orçamentária anual.
- (D) a lei de diretrizes orçamentárias, com vigência anual, tem por finalidade determinar as metas e prioridade da administração pública, dentre aquelas estipuladas no plano plurianual, para cada exercício financeiro.

— QUESTÃO 46 —

A lei de responsabilidade fiscal fixa limites para os gastos dos entes federativos com pessoal. Na esfera municipal, o limite com despesa de pessoal, em cada período de apuração, tem por teto:

- (A) 50% da receita corrente líquida, sendo a repartição desse limite global de 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e de 44% (quarenta e quatro por cento) para o Executivo.
- (B) 60% da receita corrente líquida, sendo a repartição desse limite global de 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.
- (C) 50% da receita corrente líquida, sendo a repartição desse limite global de 6% (seis por cento) para o Legislativo, excluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e de 44% (quarenta e quatro por cento) para o Executivo.
- (D) 60% da receita corrente líquida, sendo a repartição desse limite global de 6% (seis por cento) para o Legislativo, excluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

— QUESTÃO 47 —

O Município Y, enfrentando grave crise financeira e pretendendo aumentar suas receitas, instituiu por lei ordinária imposto residual, com incidência imediata após a publicação da lei instituidora. Contudo, tal situação revela-se inconstitucional

- (A) por violar o princípio da legalidade, uma vez que a criação de impostos residuais, por qualquer ente político, exige lei complementar como veículo normativo introdutor.
- (B) uma vez que a competência tributária residual é atinente aos Estados e ao Distrito Federal.
- (C) por violar o princípio da anterioridade nonagesimal, pois a criação de impostos residuais exige um lapso temporal de noventa dias para a cobrança da nova exação tributária.
- (D) já que a competência tributária residual é exclusiva da União.

— QUESTÃO 48 —

O Sistema Tributário Nacional dispõe sobre inúmeros benefícios fiscais, dentre eles o da isenção que, em decorrência de comando legal, afigura-se como

- (A) causa de extinção do crédito tributário.
- (B) causa de exclusão do crédito tributário.
- (C) causa de não incidência tributária.
- (D) causa de imunidade tributária.

— QUESTÃO 49 —

No mês de novembro do exercício financeiro anterior, o Município Z, por meio de lei, alterou a data do recolhimento do IPTU para o décimo quinto dia útil do mês de fevereiro, ao invés do primeiro dia útil do mês de março. Nesse caso, a referida lei municipal é

- (A) inconstitucional por violar o princípio da anterioridade, conforme posicionamento pacífico do STF.
- (B) constitucional por respeitar o princípio da anterioridade, conforme posicionamento pacífico do STF.
- (C) inconstitucional por violar o princípio da irretroatividade, conforme posicionamento pacífico do STF.
- (D) constitucional por atender o princípio da irretroatividade, conforme posicionamento pacífico do STF.

— QUESTÃO 50 —

E.B. cidadão residente no Município X, inconformado com a condição das ruas de seu bairro, pretende ingressar com ação judicial, a fim de incumbir o Município a promover a recapagem das ruas. E.B. pretende utilizar em sua argumentação, dentre as alegações, que é contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que no Município X tem alíquota fixada em 1,8% sobre o valor venal do imóvel.

Na situação descrita acima, a intenção de E. B.

- (A) tem respaldo jurídico, pois o Município X é obrigado a destinar parte do produto da arrecadação do IPTU para a recapagem de ruas, pois a cobrança desse imposto, bem como de qualquer outro, está vinculada a uma atividade estatal específica.
- (B) tem respaldo jurídico, uma vez que a Constituição Federal determina que os impostos tenham caráter retributivo, isto é, são pagos para recompor os gastos públicos, in casu, com a pavimentação e/ou recapagem de ruas, por exemplo.
- (C) é desprovida de respaldo jurídico, pois o produto da arrecadação dos impostos é desvinculado de uma atividade específica do Estado, senão será gasto com as despesas uti universi, tais como saúde e educação.
- (D) é desprovida de respaldo jurídico, pois, semelhantemente às taxas, o produto da arrecadação dos impostos é desvinculado de despesa específica.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 51 —

Ao dispor que “Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.”, o Código de Processo Civil consagra o princípio

- (A) do contraditório, segundo o qual a parte ou interessado tem direito a manifestar-se nas formas legais, não autorizando exceções.
- (B) da ampla defesa, conferindo ao interessado poder de requerer a tutela jurisdicional, admitindo recursos de ofício.
- (C) do dispositivo para propositura de ação, admitindo a possibilidade da exceção do incidente de demandas repetitivas.
- (D) da inafastabilidade da jurisdição, autorizando demandas de ofício quando necessárias à realização da justiça.

— QUESTÃO 52 —

O Código de Processo Civil rege a capacidade processual, determinando

- (A) a formação de litisconsórcio ativo necessário em ação sobre direito real imobiliário, quando casado o proponente.
- (B) a autorização do cônjuge para a propositura de ação sobre direito real imobiliário, quando pelo regime de bens no matrimônio estes se comunicam.
- (C) a autorização do cônjuge para propor ações reipersecutórias quando casado o proponente com comunhão de bens.
- (D) a formação de litisconsórcio passivo necessário em ações obrigacionais por dívidas contraídas por pessoa casada em regime de comunhão de bens.

— QUESTÃO 53 —

O Código de Processo Civil, visando à prestação da tutela jurisdicional, regulamentou momentos do procedimento a partir dos quais cabe

- (A) tutela de urgência, quando a demora colocar em risco a pretensão, devendo ser requerida como antecipação do mérito juntamente com a peça inicial do processo principal.
- (B) tutela de evidência, quando no curso do processo aparece o perigo da demora na prestação jurisdicional, sendo a partir de então sua concessão autorizada.
- (C) tutelas de urgência e evidência a serem propostas após a apreciação das provas em caso de pedido principal reipersecutório.
- (D) tutelas de urgência e evidência que podem ser requeridas antes ou no curso do procedimento em que se pleiteia a providência principal.

— QUESTÃO 54 —

Para promover o cumprimento da sentença, o direito processual civil brasileiro estabelece

- (A) uma ação autônoma de execução de sentença, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.
- (B) um incidente no processo, ao qual o devedor pode se opor mediante embargos à execução.
- (C) a iniciativa do cumprimento da sentença que pode ocorrer de ofício ou a requerimento do devedor.
- (D) a possibilidade de inclusão de devedor solidário não demandado na ação de conhecimento.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 55 —

O Estatuto da Cidade dispõe de vários instrumentos para a consecução da política urbana, dentre eles o Plano Diretor, que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo obrigatório para os Municípios com

- (A) mais de 10.000 habitantes.
- (B) mais de 15.000 habitantes.
- (C) mais de 20.000 habitantes.
- (D) mais de 25.000 habitantes.

— QUESTÃO 56 —

No que concerne à competência em matéria urbanística, compete

- (A) aos municípios promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, e, observada a legislação estadual, criar, organizar e suprimir distritos.
- (B) aos estados promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, e, observada a legislação estadual, criar, organizar e suprimir distritos.
- (C) aos municípios promover, concorrentemente com os estados, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, e, observada a legislação estadual, criar, organizar e suprimir distritos.
- (D) aos estados promover, concorrentemente com a União, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, e, observada a legislação estadual, criar, organizar e suprimir distritos.

— QUESTÃO 57 —

O prefeito do Município XYZ enviou à Câmara de Vereadores um projeto de lei ambiental, a fim de instituir a Política Municipal de Enfrentamento da Poluição Atmosférica e, dentre as medidas dispostas no projeto de lei, está a aplicação de multa aos proprietários de veículos automotores que emitem gases poluentes acima dos padrões considerados aceitáveis. Considerando as disposições constitucionais e o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, o projeto de lei encaminhado pelo prefeito é:

- (A) constitucional, pois o Município tem competência para legislar sobre controle da poluição atmosférica quando se tratar de interesse local.
- (B) inconstitucional, pois a competência para legislar sobre controle da poluição atmosférica é exclusiva da União, porque se refere a interesse nacional.
- (C) constitucional, pois a competência para legislar sobre controle da poluição atmosférica é exclusiva do Município, inclusive quando não se tratar de interesse local.
- (D) inconstitucional, pois o Município é desprovido de competência para legislar sobre controle da poluição atmosférica, inclusive quando se tratar de interesse local.

— QUESTÃO 58 —

J.C.B. é proprietário de um imóvel rural situado no município XYZ. Observando as regras da legislação ambiental, pretende suprimir parte da vegetação de seu imóvel para ampliação das atividades agrossilvipastoris. Diante disso, J.C.B. deverá solicitar autorização

- (A) ao órgão ambiental municipal.
- (B) aos órgãos ambientais federal e estadual.
- (C) ao órgão ambiental estadual.
- (D) aos órgãos ambientais estadual e municipal.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 59 —

Segundo o Regimento Interno, cabe à Mesa da Câmara Municipal de Goiânia

- (A) mandar proceder à chamada e à leitura dos papéis e das proposições.
- (B) propor privativamente à Câmara Projeto de Lei sobre a remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito.
- (C) transmitir ao Plenário, a qualquer momento, as comunicações que julgar convenientes.
- (D) conceder ou negar a palavra aos vereadores, nos termos regimentais.

— QUESTÃO 60 —

Segundo a Lei Orgânica Municipal, compete à Câmara Municipal, privativamente:

- (A) fixar feriados municipais nos termos da legislação municipal.
- (B) autorizar convênio com entidades públicas ou particulares.
- (C) julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- (D) legislar sobre crimes praticados contra bens públicos municipais.

— RASCUNHO —**— RASCUNHO —**